

Assessor de Lula vai falar sobre relações com a Bolívia

O assessor especial de Política Externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, vai debater com os senadores, na quarta-feira, as relações entre Brasil e Bolívia. A data foi definida pela Comissão de Relações Exteriores, que também aprovou acordos internacionais e indicação de embaixador. **Página 7**



Senadores da CRE aprovam indicação de Antonino Mena Gonçalves (em primeiro plano, ao lado de Saturnino) para embaixador

Crescimento econômico divide opiniões

Ideli Salvatti aplaude crescimento de 1,4% do PIB no primeiro trimestre, mas José Agripino considera esse nível “pífio” quando comparado à média mundial; Jefferson Péres diz que governo acertou, “ao contrário do que queria a ala radical do PT”. **Página 5**



O planeta ameaçado: “O homem ainda não reconheceu que está retirando da Natureza muito mais do que ela pode oferecer e recompor”, afirmou o dr. David Zee no VI Encontro Verde das Américas. Representantes indígenas participaram do evento, cujas conclusões serão divulgadas no dia 5. **Página 3**

Renan cobra votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apelou aos líderes partidários por acordo que permita a votação de projetos na próxima semana. **Página 3**

Alívio para os estados

Estados e municípios devem ganhar prazo maior para limpar nomes e continuar recebendo repasses financeiros, segundo anunciou Luiz Otávio. **Página 6**

Novo requerimento pede criação da CPI dos “sanguessugas”

Com assinaturas de 30 senadores e 230 deputados, novo requerimento para criação de CPI foi protocolado ontem no Senado. Heloísa Helena afirmou que essa investigação tornou-se uma obrigação para todos, pois o povo brasileiro exige que o Congresso identifique os funcionários e parlamentares envolvidos. **Página 2**



Heloísa e Gabeira entregam documento ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro

Novo requerimento solicita instalação de comissão de inquérito para investigar denúncias de irregularidades na Saúde. Presidente do Senado afirma que “continuará a seguir princípios”

Mais uma vez, parlamentares pedem CPI dos “sanguessugas”

Uma comissão composta pelos deputados Raul Jungmann (PPS-PE), Fernando Gabeira (PV-RJ), Maninha (PSOL-DF) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) entregou ontem ao secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, um novo requerimento, assinado por 230 deputados e 30 senadores, para a criação de uma CPI mista com o objetivo de investigar o esquema de compra de ambulâncias superfaturadas revelado pela chamada Operação Sanguessuga da Polícia Federal. O número mínimo de assinaturas exigidas para a criação de CPMIs é de 171 deputados e 27 senadores.

O primeiro pedido de instalação dessa CPMI foi invalidado na terça-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com um argumento regimental. Renan alegou que uma expressão



Heloísa Helena e grupo de deputados entregam à Mesa do Congresso novo requerimento

incluída no primeiro documento – “lista de apoio” – não seria o termo correto, pois deveria constar “lista de signatários”. Raul Jungmann explicou que, no documento entregue ontem, foi retirada a palavra “apoio”.

Heloísa afirmou que essa inves-

tigação tornou-se uma obrigação para todos, e que o povo brasileiro exige que o Congresso instale essa comissão para identificar quais são os parlamentares e os funcionários dos ministérios da Saúde e da Fazenda que estão envolvidos nesse esquema de corrupção.

Renan diz que continuará respeitando o regimento

Ao comentar a entrega do segundo requerimento para a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito com o objetivo de investigar o esquema de corrupção na compra de ambulâncias superfaturadas descoberto pela Polícia Federal na chamada Operação Sanguessuga, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não pretende se afastar dos princípios que tem seguido

em todas as CPIs.

– Há dois princípios dos quais eu não pretendo me afastar: o da isenção, que demonstrei em todas as oportunidades; e o do respeito às normas regimentais e à Constituição. É isso que eu vou fazer – afirmou.

Renan Calheiros acrescentou que pretende continuar compartilhando suas decisões com os líderes partidários.

– É preciso ter muita calma, muito equilíbrio, porque são dois problemas que nós temos de administrar. Ajudar para que se avance na investigação, para punir os sanguessugas das ambulâncias, mas é preciso ter muita preocupação também com os sanguessugas da mídia, com os vampiros da mídia, essas pessoas que querem aparecer desesperadamente – declarou.

Garibaldi confirma leitura de relatório final para quarta-feira

O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), anunciou ontem que a assessoria técnica da comissão estava finalizando a redação do relatório. O senador acrescentou que, até a leitura do documento na CPI – prevista para a próxima quarta-feira –, destinará seu tempo à revisão do relatório e à articulação com o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), de detalhes da leitura e votação do documento. Garibaldi demonstrou otimismo quanto à receptividade do relatório pelos senadores da base do governo e da oposição.

– Tenho absoluta confiança que os senadores serão sensíveis e não nos deixarão frustrados – disse.



Garibaldi se diz confiante quanto à receptividade do documento

O relator voltou a informar também que, caso ocorra uma nova prorrogação dos trabalhos da CPI, ele pedirá a Efraim que indique um relator substituto, devido a seus “deveres políticos” no Rio Grande do Norte, estado ao qual se candidatará a governador nas próximas eleições.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão às 9h

Às 9h, está prevista a realização de sessão não-deliberativa. Não haverá votações, mas pronunciamentos e debates dos senadores. Na próxima terça-feira, os parlamentares voltam às negociações para destrancar a pauta de votações, em que projetos de medidas provisórias impedem a análise dos demais temas.

Futebol é o tema do *Conexão Senado*

A Rádio Senado discute os bastidores do futebol brasileiro na segunda-feira, às 12h, no programa *Conexão Senado*, que vai debater a natureza jurídica da Confederação Brasileira de Futebol, o patrocínio de jogos por fabricantes de bebidas, o monopólio da indústria de roupas e calçados esportivos e o crescimento da venda de produtos pirateados nesse período. A atração é transmitida ao vivo e permite a participação dos ouvintes.

O Século de Stanislavski

A TV Senado exibe a segunda parte do especial *O Século de Stanislavski*, sobre o diretor, ator e crítico russo, hoje, às 22h30, com reprise amanhã, às 16h e às 21h30; e no domingo, às 15h30 e às 22h.

TV digital

Na segunda-feira, às 10h30, o Conselho de Comunicação Social promove duas audiências públicas: uma sobre televisão educativa e outra sobre a proteção do conteúdo audiovisual na TV digital.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interna) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita Júnior

Jane Araújo



Índios participam do VI Encontro Verde das Américas, no Auditório Petrônio Portella

Especialistas alertam para as ameaças ao meio ambiente

“O aquecimento global, hoje, é uma realidade mensurável e tem como consequência uma devastação indireta dos escassos recursos naturais para sustentar a crescente expansão demográfica no planeta.” O alerta foi feito, ontem, pelo oceanógrafo David Zee, na sessão de encerramento do VI Encontro Verde das Américas, promovido pela ONG Palibar, no Auditório Petrônio Portella, do Senado.

Ao advertir para os grandes riscos ambientais das mudanças climáticas que o planeta vem sofrendo, David Zee observou que, “infelizmente, o homem ainda não reconheceu que está retirando da natureza muito mais do que ela pode oferecer e recompor”.

A reunião de encerramento da conferência sobre a preservação do meio ambiente e utilização racional dos recursos naturais – iniciada na terça-feira – contou com a presença de embaixadores, especialistas em ecologia e parlamentares.

Ao final, houve pequeno debate e entrega de certificados aos presentes. O jornalista Paulo Coelho, que presidia a mesa, prometeu o lançamento da Carta Verde das Américas 2006 para o dia 5 de junho. O documento trará um resumo do encontro e uma declaração de princípios ecológicos, dirigida às organizações participantes e entidades políticas.

Pela manhã, os embaixadores da República Eslovaca, da Holanda e de Trinidad e Tobago abordaram o compromisso de seus países com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A superintendente-executiva da Associação Mineira de Defesa do

Ambiente, Maria Ricas, tratou da gestão dos recursos hídricos nas Américas, e o especialista em cerrado César Victor discursou contra a transposição do rio São Francisco.

– Antes de pensar na transposição do rio deve-se fazer um trabalho de recuperação e conservação do cerrado, *habitat* responsável pela manutenção de várias bacias hidrográficas, incluindo-se aí a do rio São Francisco – disse ele.

Ainda pela manhã, o representante indígena Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal, discorreu sobre o tema “Povos Indígenas – Conhecimentos Tradicionais como Guardiões de um Futuro Melhor”. Terena assinalou que a riqueza não pode

ser medida pelos índices econômicos, mas sim pela capacidade de se assegurar um bem viver para todos.

Na parte da tarde, além de David Zee, falaram a embaixadora da Palestina, Mayada Bamie, o presidente da ONG Ponto Terra, Ronaldo Malard, e a secretária geral da WWF/Brasil, Denise Hamú. Bamie expôs o desafio da Palestina para com a Paz e o desenvolvimento sustentável no Oriente Médio, enquanto Malard abordou os parques e o meio ambiente urbano. Hamú exibiu *slides* sobre as ações do WWF no país e no mundo, tendo como diretrizes minimizar os efeitos das atividades humanas no meio ambiente, conservar a biodiversidade e estimular o uso sustentável dos recursos naturais. “Não somos uma ONG de sonhadores”, afirmou.

A riqueza deve ser medida pela capacidade de assegurar um bem viver a todos, diz líder indígena Marcos Terena

Presidente do Senado diz que, depois, “haverá muitas dificuldades para deliberar no Senado”; Heráclito lembra que há indicações de autoridades aguardando decisão

Renan cobra acordo dos líderes para Casa retomar votações

Ao lembrar que cinco medidas provisórias (MPs) trancam a pauta do Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, fez novo apelo às lideranças partidárias para que haja um acordo que permita a realização de votações na próxima semana. Ele declarou que, “depois disso, haverá muitas dificuldades para deliberar no Senado”.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também reiterou a necessidade de se realizarem

logo as votações, enfatizando que, além das MPs, indicações de embaixadores e diretores de diversas instituições aguardam decisão.

– Há agências reguladoras que não estão funcionando por falta de diretores, cuja indicação está na pauta desta Casa – lembrou Heráclito, que culpou a base governista pelo “momento de paralisia do Senado”.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, como

única representante de seu partido na Casa, estará presente para votar “a qualquer hora e em qualquer dia da semana”.

Copa do Mundo

Renan Calheiros anunciou que, devido aos jogos da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo, as sessões deliberativas dos dias 13 e 22 deste mês foram antecipadas para as 10h – normalmente, as sessões se iniciam às 14h. Nesses dias, a Seleção irá jogar a partir das 16 horas.



Ministra Nancy Andrichi, do STJ, entrega a Renan sugestões ao projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência

Judiciário defende foro privilegiado ao deficiente

O Judiciário quer contribuir para aumentar os benefícios do projeto que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para isso, a ministra Fátima Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, algumas sugestões daquele Poder à proposta de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que objetiva inserir no ordenamento jurídico brasileiro lei que defina claramente os direitos das pessoas com deficiência.

Entre as sugestões, destacam-se a concessão de foro privilegiado à pessoa portadora de deficiência para ajuizamento das ações; isenção de custas judiciais para os que não puderem pagar esses encargos; e transporte gratuito, a ser disponibilizado pelo respectivo tribunal, quando se tratar de deficiente com dificuldades de locomoção. A ministra observou que Renan Calheiros ficou sensibilizado com as sugestões e prometeu encaminhá-las ao relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR).

Renan descarta candidato do PMDB a vice-presidente

A possibilidade de o PMDB fazer uma aliança formal com o PT, com o PSDB ou com qualquer outro partido na próxima eleição presidencial “é quase nenhuma”, reafirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador atribuiu a não-realização de um acordo em nível nacional à complexidade do PMDB que, observou, tem realidades diferentes em cada estado. Por isso, Renan afastou a hipótese de o PMDB indicar um candidato à Vice-Presidência da República.

– Não havendo candidatura própria, o PMDB fica igualmente prejudicado por qualquer aliança nacional que vier a fazer, indicando ou não o seu candidato à Vice-Presidência da República – explicou Renan Calheiros.

Segundo o presidente do Senado, a responsabilidade pelo que está ocorrendo em relação às alianças deve-se à manutenção do instituto da verticalização, que obriga os partidos a repetirem nos estados a aliança eleitoral formada para disputar a Presidência da República.

J. Freitas



Paim quer mobilização nacional para protestar contra abusos

Paim defende fim da violência contra idosos

Ao registrar que no dia 15 de junho será celebrado o Dia Mundial de Combate à Violência a Pessoa Idosa, o senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou, ontem, que o Senado realizará, a seu pedido, audiência pública no dia 12 para debater o tema. Ele defendeu uma ampla mobilização nacional para protestar contra os abusos físicos, financeiros e psicológicos, o abandono e a negligência contra os mais velhos.

– A questão tem que ser tratada com urgência. A família e a sociedade como um todo têm que ser convidadas a refletir para que possamos construir um novo modelo social que garanta o respeito aos mais velhos – afirmou Paim.

Segundo o senador, a maioria dos casos de violência contra idosos ocorre principalmente no contexto familiar e as vítimas são preferencialmente as mulheres muito idosas que perderam a autonomia e a independência. Paim registrou que somente nas últimas décadas é que o tema da violência contra a pessoa idosa tem recebido a atenção da sociedade civil e do Estado.

O International Network for the Prevention of Elder Abuse (Inpea) e a Organização das Nações Unidas (ONU) são os responsáveis mundiais pelo Dia de Combate à Violência a Pessoa Idosa. O principal objetivo do dia 15 de junho é criar consciência social e política da existência da violência contra a pessoa idosa junto com a idéia de não aceitá-la como normal, apresentando formas da prevenção. A ONU reconhece a violência contra a pessoa idosa como violação aos direitos humanos.

Senadora ressalta a importância do estabelecimento de políticas sociais para atender as crianças, que estão à mercê da violência, da prostituição, do narcotráfico e da marginalidade

Governo precisa adotar as crianças antes que o crime o faça, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez ontem um apelo ao governo e ao Congresso Nacional para que adotem as crianças brasileiras “antes que o crime organizado, a prostituição, o narcotráfico e a marginalidade o façam”. Ela ressaltou a importância do estabelecimento de políticas sociais que atendam as crianças em sua primeira década de vida, quando as conexões neurológicas se estabelecem.

Heloísa Helena elogiou a jornalista Ana Beatriz Magno e o fotógrafo José Varela, do jornal *Correio Braziliense*, pelo “belíssimo trabalho” de



Heloísa pede atenção à primeira década de vida das crianças

elaboração do suplemento especial “Os órfãos da guerra”, sobre a exposição de crianças pobres da periferia de Brasília à violência.

A senadora leu, em Plenário, trechos da reportagem em que crianças em idade entre quatro e 12 anos descrevem o assassinato de seus pais e mães na sua presença.

Em um trecho lido por Heloísa, um menino de 11 anos relata: “Pedi bênção ao meu pai. Vi os caras chegando. Meu pai se atirou para debaixo da mesa. Meu pai não conseguia correr, estava muito ferido. Entraram para conferir. Chegou bem perto.

Atirou mais um monte. Saía muito sangue”.

A parlamentar disse que a realidade mostrada no suplemento se repete em todas as regiões do país e insistiu na necessidade de investimentos em segurança pública e também na assistência aos milhares de crianças que estão à mercê da violência e do crime.

CPI dos “sanguessugas”

Heloísa Helena comemorou a coleta do número de assinaturas necessárias para reapresentar o requerimento de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito – a CPI dos “sanguessugas” – para investigar os desvios de recursos do Orçamento para compra superfaturada de ambulâncias. A parlamentar destacou o sucesso da empreitada, apesar, segundo ela, do esforço da base do governo para impedir a criação da CPI.

Garibaldi quer execução de leis relativas à segurança

Ao manifestar sua preocupação com o crescimento da violência no país, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou do governo a execução de leis que tratam da segurança pública, como a que criou o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), aprovada pelo Congresso em 2001. O fundo foi criado com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência.

Garibaldi disse que o governo deixou de priorizar a execução dessa e de outras leis praticando o contingenciamento de recursos, principalmente do FNSP, para destiná-los ao caixa do superávit primário. Isso, frisou o senador, “prejudica de forma cruel toda a comunidade”, conforme pôde ser

constatado nos episódios de violência ocorridos recentemente em São Paulo e em outros estados, comandados pelos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), bem como no noticiário de todos os dias.

Contingenciamento

O senador lembrou ter apresentado proposta, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, proibindo o contingenciamento de recursos do FNSP para outras finalidades, e protestou pelo fato de a sua proposição, depois de aprovada



Garibaldi: verbas para a segurança pública são contingenciadas

no Congresso, ter sido vetada pelo presidente da República. Segundo previu, proposta do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) nesse sentido também será vetada, uma vez que o governo “realmente não quer despendar recursos para a segurança”.

– A população não pode ficar na expectativa de que as leis que aqui são elaboradas apenas sejam anunciadas, sem resultados práticos no seu dia-a-dia. Nossa obrigação é lutar pela sua execução – afirmou.

Vitória é sede do 5º Seminário Nacional do Interlegis

O 5º Seminário Nacional do Interlegis foi aberto ontem, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória, pelo 1º secretário do Senado, senador Efraim Morais (PFL-PB). O evento, que conta com a presença de vereadores e deputados de todo o país, continua hoje.

Serão debatidos os resultados do Censo Legislativo Brasileiro, que coletou dados sobre todas as assembleias legislativas estaduais

e todas as câmaras de vereadores do país. Às 9h, haverá uma palestra sobre *marketing* e partidos políticos. À tarde será debatida a atividade legislativa e o uso de tecnologias no Parlamento.

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado que visa modernizar e integrar o Poder Le-



Efraim Morais abre evento que reúne vereadores e deputados

gislativo nos níveis federal, estadual e municipal utilizando a internet, videoconferências e outras tecnologias. Por meio dessa rede de comunicação, vereadores, deputados e senadores, além de funcionários dos parlamentos, podem trocar experiências

sobre a atividade legislativa. Já estão conectadas por meio do Interlegis todas as assembleias estaduais e quase 3 mil câmaras municipais.



Segundo Mesquita Júnior, cargo será dirigido a jovens do campo

Mesquita Júnior propõe agente comunitário rural

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou ontem que começará a recolher assinaturas para viabilizar a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) para instituir a figura do agente comunitário rural. Seriam admitidos para a função jovens entre 16 e 24 anos domiciliados há mais de cinco anos em comunidades rurais, por meio de processo seletivo, treinamento e capacitação. Para que uma PEC comece a tramitar é necessário apoio mínimo de 27 senadores.

Segundo o senador, caso seja instituído o novo cargo, os jovens que moram na zona rural podem, após atingir a maioria, atuar como agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, auxiliando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, além de dar à agricultura familiar, à pecuária, à pesca e ao extrativismo a dimensão que só os conhecimentos técnicos e especializados podem propiciar.

– Trata-se de oferecer a milhares de jovens que vivem nas matas e na zona rural deste país perspectiva de conhecimento, trabalho e renda. Com isso, garantiremos a eles educação e formação profissional, além de habilitá-los a uma atividade produtiva.

Mesquita Júnior também cobrou o preenchimento de vaga de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O senador lembrou que o nome indicado anteriormente pelo governo – Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – não preenchia os requisitos constitucionais para o exercício do cargo, em que pese sua capacidade jurídica.



Para Agripino, crescimento econômico de 1,4% no primeiro trimestre é "pífio"

"Brasil não atingiu sequer a média de crescimento mundial", afirma Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou ontem que o presidente Lula "se vangloria de um crescimento econômico pífio", de 1,4% no primeiro trimestre deste ano comparado ao último trimestre de 2005. Ele disse lamentar que o Brasil não tenha atingido sequer o nível do crescimento mundial, que obteve

nos últimos três anos a média de 4,75%, enquanto a média dos três anos de Lula é de 2,5%.

– Não quero nem comparar o crescimento do Brasil com o da China, de 10,3%. A Índia, com todos os seus problemas e 1 bilhão de habitantes, cresceu 9,3%. Poderíamos pelo menos ter mantido a média mundial, mas nem isso o

governo Lula consegue. Perdemos os melhores momentos da bonança mundial – lastimou.

Agripino entende que o Brasil não consegue "alçar vôo, a não ser vôo de galinha", porque está preso a um baixo investimento. Para ele, enquanto o Brasil não investir mais que 20% do produto interno bruto, dificilmente a

economia crescerá mais do que 4% ao ano. Como o governo não consegue elevar a poupança interna, disse, a solução seria a atração de poupança externa. No entanto, ele alertou que empresa estrangeira "não leva investimento para país que tem uma carga tributária que come seu lucro e sua capacidade de crescer".

Ana Júlia: governo destina R\$ 1 bilhão para moradias

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou ontem a destinação pelo governo federal de R\$ 1 bilhão para a construção de moradias. O recurso, liberado por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), deve beneficiar 100 mil famílias de baixa renda em todo o país, em especial moradores de palafitas e de assentamentos precários.

A senadora lembrou que o FNHIS foi o primeiro projeto de iniciativa popular aprovado no Congresso Nacional.

– Foi uma luta grande dos movimentos por moradia. O projeto tramitou por 13 anos para ser aprovado somente agora porque outros governos não tiveram a coragem de aprová-lo, uma vez que seria letra morta – assinalou.

Ana Júlia citou ainda outras ações do governo federal voltadas para a habitação, tais como a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de materiais de construção civil e a disponibilização pela Caixa Econômica Federal, em 2006, de recursos da ordem de R\$ 18,7 bilhões para financiamento habitacional.



Ana Júlia comemora liberação de recursos para construção de moradias

Crescimento da economia se deve ao mercado interno, destaca Ideli

Líder do PT no Senado afirma que posição de Lula nas pesquisas de intenção de voto para eleições presidenciais de outubro é resultado de ações concretas adotadas pelo governo

O mercado interno – e não as exportações – foi o responsável pelo crescimento da economia, afirmou ontem em Plenário a senadora Ideli Salvatti (SC). A líder do PT no Senado destacou a expansão do produto interno bruto (PIB) registrada no primeiro trimestre deste ano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país cresceu 1,4% nos três primeiros meses de 2006, quando comparados com os últimos três meses de 2005.

Para a senadora por Santa Catarina, isso seria uma prova de que a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas de



Fotos: Rosewell Pinheiro

Ideli ressalta avaliação positiva do Bolsa Família pelo Banco Mundial

intenção de voto para presidente não é resultado de propaganda, mas de "ações concretas adotadas pelo governo", as quais teriam estimulado a retomada da

expansão econômica. A taxa de 1,4% é a maior dos últimos seis trimestres.

Ideli Salvatti afirmou ainda, em seu pronunciamento, que "a distribuição de renda gera crescimento". Ela lembrou que um estudo do Banco Mundial apontou o Bolsa Família como o programa de transferência de renda mais eficiente da América Latina do ponto de vista quantitativo, já que 73% dos recursos desse programa chegariam efetivamente aos 20% mais pobres da população.

– Isso desmonta a lógica segundo a qual só podemos dividir depois de crescer – declarou a líder do PT.

Segundo Jefferson Péres, "Lula acertou na política econômica"

Jefferson Péres (PDT-AM) ocupou ontem a tribuna para, "surpreendentemente", conforme frisou, exaltar um aspecto positivo do governo: a retomada do crescimento do produto interno bruto, que registrou alta de 1,4% no primeiro trimestre de 2006 em relação a 2005. Conforme previu, mantido esse índice até o final do ano, o país poderá experimentar um crescimento máximo de 5,7% e mínimo de 4%.

O senador lembrou que sempre

utiliza a tribuna para criticar o governo, por ser da oposição e não concordar com a "conduta ética" dos governantes. Disse, porém, que os petistas podem comemorar o acerto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na política macroeconômica, evitando a fuga de capitais do país e controlando a inflação por meio do aumento da taxa básica de juros e da valorização do real.

– Lula acertou na política econômica. Nenhum presidente pode



Jefferson observa que crescimento do PIB indica acertos na condução da economia

ignorar a globalização, conforme queria a ala radical do PT, e forçar, irresponsavelmente, um crescimento à custa de inflação. Hoje, nem Juscelino Kubitschek poderia – afirmou.



Marcos Guerra defende reivindicações de entidades do setor entregues a Lula

Marcos Guerra alerta para dificuldades do setor têxtil

Marcos Guerra (PSDB-ES) sustentou da tribuna que o setor têxtil e de vestuário, que emprega 1,6 milhão de pessoas, poderá quebrar se o presidente Lula não atender às reivindicações de associações de empresários e de trabalhadores da área, apresentadas na terça-feira, no Palácio do Planalto. As dificuldades se devem, entre outras causas, à concorrência de produtos da China, que entram no Brasil subfaturados ou por contrabando.

O senador esteve no encontro com o presidente da República, representando o Espírito Santo na Associação Brasileira da Indústria Têxtil. O setor pediu ao presidente redução de impostos, mudança nos acordos de salvaguardas assinados com os chineses, desoneração da folha de pagamentos e combate à pirataria.

– A luz vermelha do setor já acendeu. Foram demitidos 230 mil trabalhadores – alertou.

Marcos Guerra explicou que as micro e pequenas empresas compõem 97% do setor. Mais de 75% dos empregados são mulheres de baixa escolaridade, que trabalham em todos os estados, principalmente em cidades do interior.

O setor têxtil e de vestuário, constituído de 30 mil empresas, exporta cerca de US\$ 2,2 bilhões e vende no mercado interno US\$ 25 bilhões.

– Acredito que o presidente Lula vai nos atender. Essa crise foi provocada pela política econômica do seu governo. Portanto, será a correção de um erro – afirmou.

Gilvam divulga evento em Macapá sobre biodiversidade

Gilvam Borges (PMDB-AP) – foto – anunciou a realização do Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade, que ocorrerá de 11 a 14 de junho em Macapá. O evento, que tem o apoio do governo do Amapá, da embaixada da França e do

Ministério do Meio Ambiente, discutirá aspectos jurídicos de proteção da floresta e da biodiversidade da Amazônia.

O senador chamou atenção para a "apropriação indébita" de marcas amazônicas tradicionais e de substâncias nativas da fauna e da

flora. Assim, considerou urgente a adoção de mecanismos capazes de ordenar a exploração dos recursos naturais amazônicos.

Em seu discurso, Gilvam Borges parabenizou Roseana Sarney (PFL-MA) pelo aniversário da senadora, comemorado ontem.



Comissão de Assuntos Econômicos votará com urgência projeto de resolução de Iris de Araújo que facilita empréstimos para as unidades da Federação

Estados e municípios poderão ter prazo maior para quitar dívidas

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), anunciou a votação urgente de projeto de resolução que dará mais sete meses para que estados, municípios e seus órgãos e empresas limpem seus nomes, pagando dívidas porventura existentes. Desde quarta-feira, um órgão só pode tomar empréstimo ou receber repasse financeiro se todos os outros órgãos do município ou do estado apresentarem certidão negativa de débitos, inclusive a própria prefeitura e o governo estadual.

A exigência da certidão negativa de todos os órgãos do mesmo ente federativo consta de resolução do Senado (PRS 43/01). O documento dava prazo para que todos se adequassem à nova legislação até o último dia 31. No entanto, só agora o governo



Luiz Otávio anuncia resolução que prorroga prazo por sete meses

federal está conseguindo montar um sistema de consultas rápidas de todos os inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada órgão, secretaria, prefeitura ou empresa estatal tem seu próprio CNPJ.

Iris de Araújo (PMDB-GO) apresentou há uma semana o projeto de resolução que adia a

implantação da exigência até o fim do ano, alertada por prefeituras que não conseguiram cumprir as determinações a tempo. A senadora pondera que se trata de um sistema novo e, às vezes, um débito em atraso de uma secretaria acaba inviabilizando que a prefeitura ou o estado tome um empréstimo. Isso porque, além da certidão negativa, a prefeitura e o estado têm que provar que não ultrapassaram sua capacidade de endividamento.

O presidente da CAE, Luiz Otávio, informou que entrou em contato com a área econômica do governo e houve acordo para a prorrogação dos prazos previstos na Resolução 43/01 do Senado. Assim, ele acredita que os senadores votarão a matéria por acordo com rapidez, evitando prejuízos aos estados e municípios.

Lúcia Vânia comemora dez anos de benefício

Ao registrar os dez anos de implantação do Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), celebrados este ano, Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou o desinteresse do governo Lula em comemorar a data.

Na opinião da senadora, esse é o maior programa de transferência de renda do país, que assegura um salário mínimo mensal a portadores de deficiência e idosos sem condições de garantirem seu próprio sustento. Essa postura de descaso seria motivada, segundo argumentou, pelo fato de a prestação continuada “não ter marca partidária e não render dividendos



Lúcia Vânia vê descaso do governo Lula com prestação continuada da Loas

eleitorais ao governo Lula”.

Em contrapartida, Lúcia Vânia observa comportamento distinto em relação ao Bolsa Família, programa implantado pelo atual governo e considerado por ela as-

sistencialista. A senadora chamou a atenção do governo federal para estudo do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) que recomenda a expansão do benefício e aponta como seu principal mérito ser dirigido à parcela mais pobre da população.

– Pode haver fraudes e distorções no programa, mas ele ainda é o mais eficaz e eficiente, por traduzir uma política de assistência de direito, e não de favores.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou as realizações do ex-presidente Fernando Henrique na área de assistência social, que chegou a ser comandada, à época, por Lúcia Vânia.

Ribeiro denuncia grampos telefônicos ilegais no Tocantins

João Ribeiro (PL-TO) afirmou que personalidades do Tocantins, como o jornalista Cleber Toledo e mais de 500 lideranças políticas do estado, estão sendo vítimas de grampos telefônicos ilegais. De acordo com o parlamentar, as interceptações telefônicas estariam sendo praticadas por “aqueles



Segundo João Ribeiro, seu estado está voltando aos tempos da ditadura

que estão hoje no governo do Tocantins”.

O senador disse não estar “estarelecido nem assustado”, pois, de acordo com ele, a população

do estado já tem conhecimento do que está ocorrendo, e acusou os autores dos grampos de transformarem o Tocantins em um “estado policialesco”.

– Tenho certeza que a Polícia Federal vai desvendar os autores, tirar essa máscara daqueles que estão investigando a vida da população tocantinense, voltando aos tempos da ditadura.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor parlamentar do Senado, garantiu que a denúncia será encaminhada à Polícia Federal.

Suplicy volta a defender Simon como vice de Lula

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a afirmar que, se o PT decidir levar adiante a proposta de escolher o PMDB para compor com Lula a chapa para a Presidência da República nas eleições deste ano, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) será um excelente candidato a vice.

Suplicy disse ainda respeitar muito a candidatura própria de alguém com a “experiência política” de Simon. No entanto, reforçou o potencial da aliança.

– Temos juntos um histórico de batalha pela democracia. Nos guiamos pelo sentido republicano, pelo interesse maior da população. Simon sempre manifestou



Suplicy destaca a experiência política e o histórico de luta pela democracia de Simon

respeito aos propósitos do PT. Muitas vezes, fez críticas ao partido, mas foram sempre críticas de um amigo – observou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou que a análise de Suplicy era perfeita, mas questionou: “Qual dos dois vai mudar, para um ser vice do outro? Como explicar ao povo brasileiro esse casamento, depois de tanto divórcio?”

Alvaro afirma que Palácio do Planalto virou “palanque”

O líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), criticou o que chamou de “utilização política”, pelo presidente Lula, de seu gabinete no Palácio do Planalto. Referia-se ao encontro ocorrido na quarta-feira entre Lula e o ex-governador paulista Orestes Quércia, em que o presidente ofereceu ao PMDB o cargo de vice na chapa que será encabeçada pelo PT, nas eleições para a Presidência da República, e o de vice de Aloizio Mercadante (PT-SP) nas eleições para o governo de São Paulo.

– Em desrespeito ao país, o presidente tratava de sua reeleição, transformando o palácio dos des-



Alvaro critica o presidente Lula por tratar de campanha eleitoral em seu gabinete

pachos em comitê eleitoral da sua campanha – denunciou o senador, reiterando sua posição contrária ao instituto da reeleição, que, segundo afirmou, não é compatível com a falta de amadurecimento político do povo brasileiro.

Alvaro ainda acusou o PT de incoerência, pois “em passado não muito distante Lula e Quércia costumavam trocar ofensas”.

Heráclito registra viagem de Alckmin e José Jorge a SC

Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou a viagem que fez a Santa Catarina no último fim de semana, acompanhando o pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, e o senador José Jorge (PFL-PE), que comporá a chapa como vice.

Segundo Heráclito, a população catarinense teria se desdobrado em manifestações de apreço e demonstrado muita vontade de discutir as questões nacionais.

– Já estive em vários pontos do Brasil e nunca vi um povo com tanta vontade de mudar o país. Essa mudança passa por Alckmin. Diante da decepção com este



Heráclito diz que os catarinenses querem discutir questões nacionais e mudar o país

governo, as pessoas sabem que está chegando o momento de se livrarem do engodo em que se meteram – declarou o parlamentar pelo Piauí.

Leonel Pavan (PSDB-SC) concordou. Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, comentou que os atos realizados no estado foram “de amplo sucesso” e reafirmou sua “certeza na vitória”.



Aumento salarial não deve provocar volta da inflação, alerta Cristovam Buarque

Cristovam cobra recursos para a educação básica

Ao mesmo tempo em que cumprimentou o governo federal pela decisão de proporcionar reajuste substancial nos vencimentos dos funcionários públicos, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um alerta e uma cobrança. O alerta foi no sentido de que o aumento salarial não provoque a volta da inflação. A cobrança foi para que o governo, da mesma forma que viabilizou recursos para os servidores, aloque mais verbas para a educação básica.

– Espero que esse reajuste seja concedido respeitando a responsabilidade fiscal e garantindo a estabilidade monetária. No passado vivemos décadas de mentira, em que se aumentava o salário em um dia, e no outro ele era roubado pela inflação – afirmou.

Segundo Cristovam, o Brasil necessita de R\$ 7 bilhões para iniciar um salto qualitativo na educação básica, enquanto a proposta do governo para implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) reserva R\$ 4,5 bilhões, dinheiro que seria aplicado daqui a quatro anos.

A cobrança feita pelo senador é para que o governo aceite a alteração feita pelo Senado a fim de que o dinheiro comece a ser utilizado ainda em 2006 e que sejam acrescidos outros R\$ 3 bilhões. O parlamentar disse, que se o governo federal não intervier garantindo melhores salários para os professores das redes municipal e estadual, a educação não será boa o suficiente.

Cristovam anunciou que o candidato do seu partido à Presidência da República terá como uma das principais propostas ampliar os investimentos na educação básica, assegurando o cumprimento da responsabilidade fiscal. Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que o reajuste do funcionalismo foi possível porque os servidores negociaram o aumento salarial no momento apropriado: a discussão do Orçamento.

Assessor especial de Política Externa da Presidência da República vai discutir as relações entre o Brasil e a Bolívia com senadores da CRE

Marco Aurélio Garcia será ouvido em audiência pública

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai ouvir em audiência pública, na quarta-feira, às 11h, o assessor especial de Política Externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Ele deve discutir com os senadores as relações entre o Brasil e a Bolívia. O anúncio da data do debate foi feito na reunião de ontem.

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Decreto Legislativo 198/06 com o texto do acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a África do Sul. É o primeiro dessa natureza celebrado entre o país africano e um país latino-americano. As principais áreas

de cooperação bilateral são: processamento agrícola, tecnologia industrial e da informação, biodiversidade e biotecnologia.

Foram acolhidos ainda o projeto de decreto legislativo (PDS 212/06) que estabelece o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Federação Russa, e o projeto de resolução do Senado (PRS 25/06) que cria o Grupo Parlamentar Amizade Brasil-Zâmbia, destinado a desenvolver as relações bilaterais e a incentivar maior interação entre os Poderes Legislativos dos dois países.

Na mesma reunião, os senadores rejeitaram projeto de lei (PLS 404/05) do senador João Batista Motta (PSDB-ES) que

pretendia alterar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), para flexibilizar as condições de aquisição de armas de fogo de cano longo e proibir a comercialização de revólveres, pistolas e similares.

– Dei parecer contrário para evitar que possamos complicar ainda mais a situação das autoridades que fazem esse tipo de fiscalização – disse o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Ficou marcada para terça-feira, às 10h, a instalação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas e a eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado.



Nome de Antonino Mena Gonçalves (à frente) para a embaixada do Brasil na Suécia foi aprovado em reunião presidida por Saturnino

Mena Gonçalves poderá ser embaixador na Suécia

O nome do embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na reunião de ontem, para assumir a embaixada da Suécia e, cumulativamente, a da Letônia. Ele exercia a função de embaixador na Bolívia quando o presidente Evo Morales decretou a nacionalização das reservas de gás e de petróleo, no dia 1º de maio, e foi substituído pelo embaixador Frederico Cezar de Araújo.

Mena Gonçalves, licenciado em Língua Inglesa e bacharel em Direito, nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro. Já serviu na embaixada em Ancara (Turquia), no consulado-geral em Milão (Itália) e nas embaixadas em Washington (EUA) e em Cara-

cas (Venezuela). Estava em La Paz (Bolívia) desde 2003.

Em sua exposição, o embaixador traçou um histórico do país em que vai servir, que tem 9 milhões de habitantes. Disse que o Brasil é um dos principais destinos dos investimentos suecos. São Paulo é considerada a segunda maior cidade em concentração de indústrias suecas no mundo e abriga empresas como Ericsson, Volvo, Scania, Electrolux e Fiat Lux. Do Brasil, os suecos importam matérias-primas como café, soja e carne, mas também manufaturados, como aviões e álcool. A balança comercial ainda é favorável a eles: vendemos US\$ 546 milhões e compramos US\$ 912 milhões.

A economia do país é de base capitalista, apesar da forte pre-

sença do Estado. A máquina é sustentada por impostos elevados, que somam 50% do produto interno bruto (PIB) sueco, que em 2005 foi de US\$ 361 bilhões. Mas a população tem excelente qualidade de vida.

– A política de bem-estar e seguridade social sueca dá segurança desde o berço até o túmulo em termos de renda, de saúde e de educação aos cidadãos.

No contexto da agenda bilateral Brasil-Letônia, dois temas estão pendentes: a extensão aos cidadãos letões da reciprocidade na isenção de vistos de turismo, concedida unilateralmente pela Letônia, e a proposta de negociação de acordos para evitar a dupla tributação, prevenir a evasão fiscal e estabelecer assistência mútua em matéria alfandegária.



Para Leonel Pavan, “é uma vergonha ver Chávez resolver problemas do Brasil”

Hugo Chávez está ensinando Lula a governar, diz Pavan

Ao comentar a matéria “Chávez agora patrocina cirurgias”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem, em Plenário, que o presidente venezuelano está ensinando o presidente Lula a governar o Brasil. A reportagem relata viagem de 79 pernambucanos para serem operados de catarata gratuitamente na Venezuela em entidade de saúde que tem parceria cubana.

– É uma vergonha para nós brasileiros ver Hugo Chávez agora querendo resolver os problemas de nosso país porque o governo mostra-se incapaz e não consegue atender aos mais necessitados – protestou o senador.



Comissão parlamentar irá reunir-se na terça para aprovar protocolo, diz Zambiasi

Zambiasi pede criação ágil do Parlamento do Mercosul

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu celeridade na aprovação do protocolo de criação do Parlamento do Mercosul – cuja instalação deve ocorrer até o fim do ano –, anunciando que, para esse fim, a reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da qual é presidente, foi antecipada para terça-feira.

Zambiasi diz que o Parlamento do Mercosul – que será o segundo legislativo regional do mundo, depois do Parlamento Europeu – irá se constituir em um grande espaço público de negociação, capaz de estimular a interlocução entre os países, contribuindo para a solução de controvérsias.

Integrante de delegação de parlamentares que visitou as instalações do Comando Militar da Amazônia, senador defende aumento de recursos para proteção de fronteiras

Azeredo destaca o papel do Exército na defesa da soberania

Uma comissão de parlamentares de vários partidos visitou, por três dias, instalações do Comando Militar da Amazônia (CMA), do Exército, que cuida de uma área com mais de 5 milhões de quilômetros quadrados e 11 mil quilômetros de fronteira. Ao longo da fronteira com seis países vizinhos estão instalados 25 pelotões, integrados por uma média de 50 homens e mulheres armados. Uma das características do Exército na Amazônia, onde conta com um efetivo de 25 mil pessoas, é sua integração com as comunidades, particularmente com os grupos indígenas. Em vários lugares, como no 5º Pelotão de Fronteira de Maturacá, aos pés do Pico da Neblina, as tropas são constituídas majoritariamente por índios.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que integrou a delegação, analisou o papel do Exército na defesa da soberania nacional na Amazônia, rica em recursos naturais e para onde se voltam olhos internacionais de cobiça. Veja a seguir os principais trechos da entrevista do senador à Agência Senado.

Como o senhor avalia a posição do Brasil nessa região, quanto à questão segurança?

– O conceito de segurança é muito amplo. O Brasil tem uma tradição pacifista, uma relação muito positiva com seus vizinhos. Entretanto, até mesmo para manter essa relação em alto nível, pacífica, o país precisa ter suas fronteiras preparadas, fiscalizadas e vigiadas permanentemente. Dentro desse objetivo é que o Exército brasileiro tem seus pelotões de fronteira, seus batalhões, que se inserem na selva e cuidam dela.

Pudemos verificar em nossa viagem um trabalho militar muito dedicado em defesa da pátria, em pontos longínquos, onde o acesso é muito difícil. A presença na Amazônia dos soldados ajuda a manter as nossas divisas seguras diante de uma possível ameaça externa e, também, diante das modernas ameaças “transfronteiriças” representadas pelos tráficos de drogas e de animais, pelos atentados ao



"Verificamos um trabalho muito dedicado em defesa da pátria", relata Azeredo

meio ambiente, pela exploração indevida da madeira e de outros recursos naturais. Portanto, o Exército é peça fundamental quando discutimos segurança na Amazônia e o combate àqueles agentes externos ou internos que trabalham ao arrepio da lei.

Com o novo cenário geopolítico, a estrutura de segurança na região é suficiente para barrar supostas tentativas de agressão à soberania nacional

– Talvez não possamos afirmar que as estruturas de segurança instaladas na região sejam grandes, mas são superiores àquelas disponibilizadas pelos nossos vizinhos. Entretanto, parece-me que o Projeto Calha Norte precisa ter mais recursos, é importante que seja ampliado; necessitamos de mais postos de fronteira, novos batalhões com distâncias menores entre eles – hoje estão afastados entre si em até 300 quilômetros. Acho que a estrutura, embora já bastante eficiente, está aquém das necessidades nacionais. É evidente que o projeto Sivam [Serviço Nacional de Vigilância da Amazônia], complementa o trabalho desses pelotões de terra ao monitorar o espaço aéreo brasileiro. Construído a partir de tecnologias modernas, o Sivam chegou a ser muito criticado por aqueles que hoje estão no governo. Porém, o tempo demonstrou que a iniciativa de implantá-lo foi correta.

Parece que a fisionomia política de alguns governos vizinhos vem se alterando significativamente. Isso traz preocupação para o país?

– A América do Sul é tradicio-

nalmente uma região sem conflitos relevantes, mas fatos recentes, como a escalada populista de Hugo Chávez na Venezuela e a eleição de outro populista, Evo Morales, na Bolívia, criam uma situação que traz preocupações, não há como fugir disso. Imaginávamos antes que tais fatos estavam historicamente superados e a realidade aponta em sentido contrário. Infelizmente, ainda existe espaço para esse tipo de aventura. Veja que a atuação de Morales foi feita de maneira autoritária, agressiva em relação ao Brasil e a empresas como a Petrobras. Chegou, inclusive, a relembrar questões já resolvidas diplomaticamente como a incorporação do Acre pelo Brasil, recorrendo a definições jocosas como se aquela parte do território tivesse sido adquirida a partir da troca de um cavalo, uma afirmação que se choca com a verdade histórica. Uma posição como essa, apesar de vir do país mais pobre da América do Sul, não deixa de ser hostil e ela tem de encontrar um Brasil firme. Em um primeiro momento, o governo não respondeu de maneira firme e adequada, mas a repercussão o levou a se reposicionar mais positivamente. Em se tratando de soberania, não pode haver margem para vacilações.

São suficientes os investimentos em segurança realizados na Amazônia?

– Não são suficientes de maneira alguma, é um volume de recursos muito pequeno e acredito que os parlamentares devem buscar garantir, já a partir de Orçamento de 2007, novos aportes. É preciso dotar o Projeto Calha Norte e o Exército de mais recursos. Só para ficarmos em um exemplo, há pelo menos dois pelotões de fronteira para serem implantados. No ano passado, foram investidos em toda a área do Comando Militar da Amazônia R\$ 6 milhões, valor que não dá para fazer praticamente nada, não dá para comprar nem sequer equipamentos mais sofisticados de controle. É importante que o governo federal tenha essa visão estratégica, bem como é imprescindível a mobilização parlamentar.



Audiência realizada na CMA reuniu representantes do Incra, Ibama e setor produtivo

Criada comissão para superar entraves ao manejo florestal no Pará

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sugeriu a formação de uma comissão de representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do setor produtivo, para resolver entraves que impedem a aprovação dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) referentes a planos de manejo da região oeste do Pará. O assunto foi discutido na quarta-feira em audiência pública na CMA, presidida por Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Além da comissão, cujos trabalhos vão ser acompanhados pelos senadores paraenses da CMA, dois pontos terão encaminhamento, segundo Ana Júlia Carepa (PT-PA): a regulamentação do projeto que dá normas às propriedades de até 500 hectares, pelo Incra, e a criação de 18 projetos de Desenvolvimento Sustentável – uma modalidade de assentamento.

Para Ana Júlia e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente têm sua cota de responsabilidade e não levam em conta a situação social dos trabalhadores que não querem degradar a floresta.

O presidente do Ibama, Marcus Barros, disse que pelo menos sete dos 42 projetos de manejo analisados para a região oeste

este ano estão com pendências, mas não no Incra.

Por outro lado, o presidente da União das Entidades Florestais do Estado do Pará (Uniflor), Wagner Kronbauer, acusou o governo de adotar uma política inflexível, com legislação confusa.

Também participaram da audiência pública o superintendente regional do Incra, Pedro Aquino; o diretor do Programa Nacional de Florestas, Tasso Rezende; o diretor técnico do Simpasa, Leocir Antônio; e o diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Marcos Kowarick.

Ficou agendada para quarta-feira a primeira reunião da comissão, para discutir propostas levantadas pelo setor produtivo.

Operação Confraria

Em outra audiência realizada pela CMA, os procuradores da República Antônio Edílio Teixeira e Fábio Nóbrega falaram sobre investigações de desvios de dinheiro público por meio de contratos firmados pela prefeitura de João Pessoa, que levaram a Polícia Federal a instaurar a chamada Operação Confraria.

– Essa audiência vai subsidiar proposta de fiscalização que estou preparando – disse Ana Júlia.

Ney Suassuna (PMDB-PB) aproveitou para esclarecer que não conhece os procuradores e não está por trás da denúncia.

Correções

O selo das matérias sobre a visita do presidente Jacques Chirac ao Congresso Nacional, publicado na edição de 26 de maio, reproduz incorretamente a bandeira da França. Republicamos o selo com a correção.

Na edição de ontem sobre as homenagens a

Daniel Herz, o **Jornal do Senado** informou, incorretamente, que o jornalista gaúcho presidiu a Federação Nacional dos Jorna-

listas (Fenaj). Na verdade, Herz, um dos líderes da luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil, foi diretor da entidade.

